



DA ECOLOGIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS À FEDERAÇÃO MUNDIAL ¹

Maurício Andrés Ribeiro*

"O nacionalismo não é o conceito mais elevado; a comunidade mundial é o conceito mais elevado. O nosso objetivo é o mundo único; temos que trabalhar por ele e pela fraternidade humana."

Mahatma Gandhi

1 A ONU E O MEIO AMBIENTE

A história da ação da Organização das Nações Unidas na área ambiental teve impulso a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, que visava encorajar a ação de governos e de organismos internacionais para proteger o meio ambiente. Ali estiveram presentes dois chefes de Estado nacionais e delegações de 113 países, bem como representantes de 250 organizações não-governamentais e de agências da ONU. Resultou da conferência de Estocolmo a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sediado em Nairobi, no Quênia.

Outro marco importante da ação da ONU na área ambiental foi a edição do relatório *"Nosso Futuro comum"*. Elaborado por 21 membros de comissão presidida pela

*Coordenador da Comissão de Segurança Ecológica da Associação Internacional de Pesquisa da Paz (IPRA).

¹ Trabalho apresentado na XIV Conferência da Comissão de Segurança Ecológica da Associação Internacional de Pesquisa da Paz (IPRA), Kioto, 24 - 29 de julho de 1992.

Primeira Ministra da Noruega, Gro Bruntland, foi aprovado em 1987 pela Assembléia Geral. O Capítulo 11 desse relatório trata da Paz, Segurança, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Ele fala dos refugiados ambientais, um fenômeno ligado aos desastres naturais.

Desde 1988 o PNUMA começou a trabalhar com um conceito expandido de segurança internacional, relacionando-a com os desastres naturais e com ameaças que se originam de desequilíbrios climáticos e ambientais.

2 OS RESULTADOS DA RIO - 92

Em 1992, realizou-se no Rio de Janeiro, sob os auspícios da ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), que reuniu mais de 100 chefes de Estado, milhares de organizações não governamentais, constituindo-se num grande modelo de intercâmbio entre povos e nações. Do encontro oficial resultou um programa, intitulado Agenda 21, que lista as prioridades de ação para sanear o ambiente, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável e cujo custo de aplicação foi estimado em aproximadamente US\$ 600 bilhões. Resultaram também da UNCED duas convenções: uma sobre biodiversidade, com o objetivo de proteger as espécies vivas, outra sobre clima, cujo objetivo é estabilizar as concentrações de gases que levam ao efeito estufa na atmosfera. Assinaram-se também a Declaração de Princípios sobre Florestas e a Declaração do Rio de Janeiro, que contém 27 princípios genéricos que pretendem ser as bases para a cooperação entre os países, a sociedade e o povo. Durante a UNCED, decidiu-se pela formação da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, dentro das Nações Unidas, para monitorar a implementação das decisões ali tomadas. Também foi dado apoio à criação da Cruz Verde Internacional, visando aliviar as perdas causadas pelos desastres ambientais e climáticos que vêm ocorrendo com frequência cada vez maior. Na UNCED houve oportunidade para manifestações de autoridades locais e da sociedade civil, no Fórum Global. Ali se expressaram visões sobre a ONU e seu papel, sua importância e limitações.

2.1 Cidades, governos locais e as Nações Unidas

Desde meados de 1991, prefeitos e representantes de associações de cidades vêm realizando encontros para debater as responsabilidades dos governos locais na gestão ambiental e na melhoria das condições de vida da população, cada vez mais urbana.

O Fórum Mundial de Cidades, realizado em Curitiba, Brasil, uma semana antes da Rio-92, sintetizou documento endossado por prefeitos de todo o mundo. Nesse compromisso de Curitiba constata-se que *"muitos problemas ambientais globais são gerados em cidades, e suas soluções devem ser geradas nas cidades. A ação local é necessária para a sobrevivência global."* (Fórum..., 1992). As cidades deveriam, então, *"desprender o mínimo e economizar o máximo"*. Os prefeitos se comprometeram a eliminar a degradação ambiental, reduzir progressivamente o consumo de energia e todas as formas de poluição, combater a pobreza e priorizar as necessidades das metas e programas de ação.

Essa visão antropocêntrica foi adotada pela Declaração do Rio de Janeiro da UNCED-92 e colocou a espécie humana como central na biodiversidade. Foram considerados como seres em perigo as crianças e adolescentes.

Atualmente grandes municípios são mais populosos que muitos países-membros das Nações Unidas. Essa tendência deve aumentar porque o crescimento populacional das cidades continua, enquanto vários países estão-se desintegrando a partir de movimentos separatistas. É crescente a importância demográfica, econômica, social, cultural, política e ambiental das cidades. Para ressaltar exemplos brasileiros, o município de São Paulo, com cerca de 9 milhões de habitantes, tem população maior que mais de 100 nações. A região metropolitana de São Paulo, com seus 17 milhões de habitantes, só é menos populosa que 44 dos cerca de 170 países existentes. Também o município de Belo Horizonte, com seus 2 milhões e 50 mil habitantes, é mais populoso que 13 países (ilhas Maurícias, Gabão, Botswana, Lesoto, Namíbia, Guiné-Bissau, Mauritânia, Trinidad e Tobago, Guiana, Butão, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Omã). A região metropolitana de Belo Horizonte, com seus 3,5 milhões de habitantes, é mais populosa

do que a Nova Zelândia, a Albânia, o Líbano, o Imen Democrático, a Jamaica, a Costa Rica, Singapura, a Mongólia, o Uruguai, o Panamá, a Libéria, a República Central Africana e o Congo e tem a mesma população que Porto Rico e Togo. A importância das autoridades locais, que hoje efetivamente estão na linha de frente para responder aos prementes problemas ambientais sentidos pela população, foi reforçada com os resultados da Rio-92: os países membros da ONU não se mostraram sensíveis em liberar recursos para resgatar a dívida ambiental global, e as metas de investimento ficaram muito aquém do que se havia projetado. A manifestação dos governos locais pressupõe atribuir maiores responsabilidades aos municípios, incluindo-se a gestão direta de recursos. A atribuição de maiores competências às municipalidades permitirá aos cidadãos buscar a solução para seus próprios problemas, reduzindo a ineficiência e distância típica dos governos centralizados. Não surpreende, portanto, que os prefeitos reunidos no contexto da Rio-92 tenham proposto maior presença dos municípios no sistema das Nações Unidas.

2.2 Fórum Global: as Nações Unidas vistas pelas Organizações Não-Governamentais (ONG)

O Fórum Global, que ocorreu no Rio de Janeiro como parte da UNCED-92, reuniu milhares de organizações independentes e não governamentais, movimentos sociais, entidades religiosas e foi o maior encontro desse tipo até hoje ocorrido no planeta. Centenas de milhares de pessoas participaram das atividades, que incluíram eventos culturais, exposições, debates e também a produção de tratados alternativos aos acordos e convenções oficiais que se celebravam na UNCED/92 entre os estados-membros das Nações Unidas.

O Fórum Global constituiu oportunidade ímpar para se formarem e consolidarem redes de intercâmbio, colaboração e cooperação, coalizões e alianças entre as ONG de todo o mundo:

- a) Foram firmados tratados alternativos da ONG sobre temas diversos. Negociadores e observadores participaram das sessões plenárias sobre esses tratados.

- b) Vários dos tratados que resultaram do Fórum Global fazem menção à ONU, seja de apoio a suas iniciativas, seja de crítica a suas omissões.
- c) Vários tratados apóiam convenções e diretrizes elaboradas por agências setoriais das Nações Unidas, tais como: a negociação de regime legal internacional para assegurar obediência à resolução das Nações Unidas sobre rede de arrastão; o reconhecimento dos direitos especiais e necessidades dos Estados e das comunidades pesqueiras com respeito aos estoques "straddling" sob proteção da convenção das Nações Unidas sobre a lei do mar; a reivindicação da plena ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres; o apoio às "Amended London Guidelines", para troca de informações sobre produtos químicos, adotadas pelo PNUMA em 1989.
- d) Outros tratados assinados durante o Fórum Global explicitam apoio a conceitos de soberania e autodeterminação dos povos contidos na Carta das Nações Unidas. Propôs-se incluir na Declaração Universal dos Direitos Humanos artigo para garantir a segurança ecológica e a segurança contra radiações.
- e) As ONG ligadas à educação propuseram a promoção de relações de cooperação com os movimentos sociais e agências da ONU-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), PNUMA, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos (FAO) entre outras-, a fim de estabelecer um conjunto de prioridade para a educação ambiental, o meio ambiente e o desenvolvimento.
- f) Ainda no campo do meio ambiente foi proposto pelas ONG trabalhar pelo reconhecimento internacional de dívidas ecológicas, definindo credores ecológicos (etnias, comunidades ou países afetados pelo esgotamento de recursos) e devedores ecológicos. A pressão sobre a recém-criada Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU para que dê assistência e favoreça a participação das redes de ONG e movimentos sociais foi também sugerida em alguns tratados.
- g) As ONG propuseram reformas gerais das instituições internacionais vinculadas à ONU - Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Habitat - bem como sua democratização e a criação de Tribunal de Justiça para o Meio Ambiente e o monitoramento da implantação da Agenda 21 e de tratados internacionais. Esses documentos criticaram a ética científica e tecnológica associada ao complexo militar, industrial e universitário. Nesse tema, foi proposto o estabelecimento de agência internacional, sob os auspícios da ONU, para monitorar, regular e eliminar o comércio internacional de armamentos.
- h) O Tratado sobre Militarismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento propunha que nenhum país poderia agir como polícia do mundo, intervir militarmente ou expandir seu espaço vital a bases estrangeiras ou ao espaço cósmico; sugeria que os governos negociassem e ratificassem amplo tratado de proibição de testes nucleares, aplicando o princípio 26 da Conferência de Estocolmo-72, pela eliminação das armas de destruição de massa; e propunha ainda o apoio à Cruz Verde e ao Centro de Resposta a Crises Ambientais, para coordenar internacionalmente as providências em caso de desastres ecológicos, inclusive guerras.
- i) Alguns dos tratados denunciavam o FMI, o Banco Mundial e o Acordo geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) como perpetuadores de uma ordem econômica injusta e um sistema econômico opressivo. Isso resulta na degradação do meio ambiente, a partir de políticas comerciais promovidas pelo crescente monopólio das empresas transnacionais, apoiadas por essas instituições financeiras e comerciais internacionais.
- j) O Tratado sobre Modelos Econômicos Alternativos propunha tornar democraticamente responsáveis o Banco Mundial, o FMI e o GATT, instituições autoritárias de Bretton Woods. Esse

tratado propunha pressionar os governos para reestruturar e redirecionar o GATT para um sistema de comércio global justo.

- k) Já o Tratado sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável propunha substituir o GATT pela Organização de Comércio Internacional (ITO), que operaria de acordo com interesse público, e não atrelado aos interesses corporativos das transnacionais. Esse acordo sustentava que, para esse fim, a já proposta Organização de Comércio Multilateral (MTO) não reforçaria a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento ecologicamente sustentável.
- l) Delegados do Fórum manifestaram a recusa e desconfiança de que a administração de fundos para o meio ambiente fosse feita pelo Banco Mundial e, em especial, pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (CEF).
- m) A desconfiança em relação às empresas transnacionais e suas práticas foi manifestada ao se propor que se criassem mecanismos internacionais para responsabilizá-las pelos efeitos nocivos de suas operações.
- n) O Tratado sobre Regulamentação Democrática da Conduta das Empresas Transnacionais denunciava que a UNCED abriu mão de sua responsabilidade de tomar medidas para controlar as atividades da Empresa Transnacional (ETN) e que o ONU desistiu de tentar desenvolver um código de ética para as ENT, tendo enfraquecido o Centro sobre Empresas Transnacionais existentes no sistema das Nações Unidas.
- o) O Tratado sobre Racismo, por sua vez, denunciava o eurocentrismo, os efeitos extremos do racismo: o genocídio (extermínio de raças), o extnocídio (extermínio de culturas) e o ecocídio (extermínio da natureza).

Exceto na área econômica, comercial e financeira, os tratados produzidos no Fórum Global reconheceram os serviços prestados pela ONU e deu-se um crédito de confiança à organização, sem deixar de propor

reformas específicas. O Fórum Global refletiu a mentalidade média das centenas de ONG que ali se encontravam e que propuseram reformas e ajustes para impulsionar a ecologização da ONU, como ponto de partida para projeto eco-democrático que considere, além da humanidade, a união de todas as espécies vivas. Ali se ofereceu visão panorâmica atualizada do grau de consenso e do nível de consciência de que dispõem atualmente as organizações da sociedade civil. Demonstrou-se que a ONU ainda dispõe de credibilidade, apesar de sugerirem-se reformas em sua estrutura e de formularem-se críticas ao relatório Brundtland e ao conceito de desenvolvimento sustentável. Acredita-se em trabalhos em parceria e em maior participação das ONG no sistema das Nações Unidas e, nesse ponto, se detecta uma competição entre grandes e pequenas ONG, estas lutando por maior espaço de participação democrática junto aos organizadores internacionais. As críticas mais contundentes foram as referentes à omissão da ONU quanto ao controle das empresas transnacionais, responsabilizadas pela maior parte dos problemas ambientais, pela produção de 50% dos gases do efeito estufa e por 100% da produção dos gases que destroem a camada de ozônio.

Ainda que, em linhas gerais, a voz das ONG no Fórum Global endosse as ações da ONU, estiveram ali presentes várias ONG com visão crítica mais radical do sistema das Nações Unidas e do próprio conceito de estado-nação. Essas entidades propõem a transmutação radical desse sistema numa instituição de terceira geração de um governo mundial democrático e federativo. Tal visão foi expressa pelo fórum das ONG, apesar de muitas das propostas surgidas dos tratados ali aprovados apontarem nessa direção democratizadora, globalizadora, baseada no direito, e que ao mesmo tempo assegure participação descentralizada do povo na tomada de decisões.

Movimentos como o One World Now, The Citizen Summit e sua campanha pela Terra, o movimento por uma constituição federativa e democrática para o planeta Terra e pelo Governo Mundial, o World Cybernetic Commission e o World Service Authority foram algumas das propostas mundialistas presentes no Fórum Global. Várias entre elas expressam visão extremamente cética quanto às possibilidades de a ONU ser o canal adequado para facilitar os avanços na ecologia política

daqui para a frente, exatamente por basear-se nos Estados-nação e em conceitos de soberania considerados obsoletos.

Entre as principais críticas formuladas ao sistema das Nações Unidas estão a sua falta de agilidade e de coerência, dificuldades de implementar estratégias integradas, falta de definição sobre o que deve ser centralizado ou descentralizado, visão assistencialista predominante em várias agências, incapacidade de fazer com que os resultados dos projetos de desenvolvimento cheguem até o cidadão e que os recursos não se percam nos níveis intermediários da burocracia. Além dessas críticas, outras são formuladas por Green (1991), quando diz que *"as Nações Unidas permanecem uma confederação baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros sendo portanto incapaz de fazer cumprir as decisões da Corte Internacional, sua própria criação. Apesar de sua Carta começar com as palavras **Nós os povos das Nações Unidas ...**, ela permanece uma organização dos Estados-nação e é mantida por um contrato entre as nações."* Entre as deficiências das Nações Unidas, Green aponta a falta de participação do povo e, também, o *"procedimento de voto, pelo qual cada estado tem um voto na Assembléia Geral, sem considerar seu tamanho, experiência, população, riqueza de contribuição financeira. A ONU tornou-se instrumento para preservar o anacronismo de estados independentes num mundo interdependente."*

3 A ECOLOGIZAÇÃO DA ONU

Ecologizar é um verbo que ainda não existe nos dicionários. Supõe introduzir a dimensão ecológica em todas e cada uma das unidades que compõem a administração, facilitando a sintonia e promovendo a colaboração de cada agência nacional ou internacional. No caso da ONU, implica mudar a cultura organizacional e modificar seu relacionamento com a sociedade, com a imprensa e as empresas, superando a fase casuística para ser, cada vez mais, proativa. Implica descentralizar e modificar as relações internas entre as agências, integrando seu trabalho através de enfoques mais coesos. Significa facilitar a participação de organismos não-governamentais e de cidadãos nas tarefas de direção, promoção e vigilância.

Ecologizar a ONU significa estimular a mediação não-violenta de conflitos e a busca de pontos de equilíbrio que atendam a interesses de curto e de longo prazos. Significa introduzir no direito internacional normas e padrões ecológicos e implementar seu cumprimento.

Nesse contexto, o papel da agência específica sobre meio ambiente - no caso, o PNUMA - seria o de facilitar que essa visão ecológica se introduza em cada uma das áreas de ação do sistema das Nações Unidas. Isso deveria começar pelo Banco Mundial, visando evitar que se repitam desastres ecológicos como os que já ocorreram em projetos executados com o aval desse organismo. Significa considerar o homem integrante do meio ambiente e tratar questões sociais como parte dos problemas ambientais, dentro de perspectivas ampla e abrangente da questão ecológica. Implica, ainda, que cada uma de suas agências especializadas aumente seu conteúdo ecológico. Assim, por exemplo:

- a) na área de saúde - Organização Mundial de Saúde (OMS) -, com o apoio às ações preventivas de melhoria ambiental que evitem danos à saúde e a promoção do uso dos recursos naturais no tratamento correto;
- b) na agricultura - FAO -, o incentivo a programas de agricultura orgânica com baixo uso de pesticidas e a disseminação de dietas alimentares que reduzam pressões sobre os recursos naturais (Conselho Mundial de Alimentação).
- c) na área da criança - Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) -, o estímulo às oportunidades de educação ambiental informal e programas de saúde ambiental voltados para as crianças, seres em perigo dentro da biodiversidade;
- d) a incorporação na prática do United Nations Development Program (PNUD) do conceito de desenvolvimento sustentável e eventualmente a transformação desse órgão numa agência de desenvolvimento e meio ambiente - United Nations Environment and Development (UNEDO) - que

unifique o PNUD e o PNUMA, ligados à recém-criada Comissão para o Desenvolvimento Sustentável;

e) o estímulo à educação, ciência e cultura ecologicamente responsáveis - UNESCO e Universidade das Nações Unidas (UNU);

f) o desenvolvimento de ações de socorro a refugiados ambientais (Alto Comissariado para Refugiados) a prevenção de ocorrência de desequilíbrios que intensifiquem migrações e a implantação efetiva da Cruz Verde Internacional;

g) especialmente o sistema do Banco Mundial, FMI e GATT precisa adotar os princípios da economia ecológica.

h) o Conselho de Segurança deverá desmilitarizar esse conceito, passando a considerar como reais fontes de riscos e ameaças os desequilíbrios sociais, ambientais e climáticos, tais como secas, enchentes ou terremotos e os perigos provenientes da degradação ambiental, na forma de erosão dos solos, desertificação, poluição ambiental.

i) deverá também criar novos instrumentos para lidar, na prática, com os riscos ambientais e com a segurança ecológica. Finalmente, como iniciativa que englobe as demais, é necessário que se debata amplamente a questão da governabilidade global e as formas de se colocar em prática as convenções, declarações e tratados, bem como a Agenda 21 de ações voltadas para alcançar o desenvolvimento com proteção ambiental. É nesse contexto que se coloca a visão prospectiva da Federação Planetária.

4 A FEDERAÇÃO MUNDIAL

Dentre as entidades não-governamentais atentas aos limites da ONU e críticas quanto a seu desempenho estão os movimentos federalistas mundiais. Eles defendem a criação de uma autoridade planetária supranacional, que possa gerir de modo eficaz os problemas emergentes e promover a unidade política em escala

planetária, hoje fragmentada pelos estados-nação.

Os movimentos federalistas mundiais, encontrados em vários países, recuperam os princípios de tradições espirituais, como os Baha'í e os Brahma Kumaris, ou de personalidades como Teilhard de Chardin, Sri Aurobindo, Edgar Morin. Alguns defendem que a ONU seja fortalecida, libertando-a dos vícios da burocracia que consome seus recursos. Propõem que seja transmutada numa instituição de terceira geração - a primeira geração foi a Liga das Nações - que assuma, de fato, responsabilidades a ela delegadas pelos estados-nação. Os federalistas mundiais defendem que a soberania reside em cada cidadão; seria necessário mais responsabilidade no nível global, muito menos poder no âmbito nacional e muito mais responsabilidades e atribuições na escala local, descentralizando de fato muitas decisões para serem tomadas próximas de cada indivíduo. O movimento federalista mundial existe desde 1947 e procura arquitetar um salto de escala, do plano dos estados-nação para a dimensão biosférica, enfatizando ao mesmo tempo a importância da ação local. Dessa forma, procura colaborar para que sejam atingidas a paz, a segurança e a proteção de direitos humanos e do meio ambiente.

Durante a Conferência de Estocolmo, em 1972, o brasileiro Josué de Castro sugeriu que os delegados nacionais ali presentes deveriam trabalhar pela criação de instituições globais, que se originariam da delegação parcial de soberania dos estados-nação. Sua proposta baseava-se na idéia de que *"a biosfera só pode ser protegida por algum tipo de lei mundial"*.

Nas palavras do ator Peter Ustinov, que hoje o preside, o movimento federalista mundial é um avanço lógico da civilização e *"um instrumento para se desfrutar das diferenças"*.

Outra vertente do movimento federalista mundial, com a qual já se comprometeu Josué de Castro, elaborou um anteprojeto de Constituição Planetária, aprovado na Áustria em 1977 e emendado em Portugal em 1991. Baseada nos valores de respeito à paz, aos direitos humanos e ao meio ambiente, essa Constituição propõe vários estágios de implantação de uma autoridade supranacional. Alcançando o segundo estágio

operativo, que dependerá da ratificação voluntária da Constituição planetária por metade dos países da Terra, a ONU e suas agências serão convidadas a se integrarem a essa federação. A constituição prevê a estrutura do parlamento, do executivo, da administração e do judiciário mundial, além do ombudsmus e de um complexo integrativo, cérebro do sistema. Nessa constituição, prevêem-se 1000 distritos eleitorais e administrativos mundiais, agrupados em conjuntos maiores, até atingirem a unidade administrativa e política global. A realidade atual da separação de países em unidades menores, que afirmam identidades culturais, poderá levar a sua reunificação em federação desmilitarizada e, portanto, mais segura. O calendário para a transformação global passa pelo Rio em 1992, pelo cinquentenário da ONU em 1995, pelos cinquenta anos da Carta de Direitos Humanos em 1998 e pelo centenário da Conferência de Paz de Haia em 1999. Haverá, então, concluindo a década do Direito Internacional, uma segunda conferência naquela cidade, com o objetivo de promover a resolução pacífica de disputas.

5 CONCLUSÃO

Depois de UNCED/92 tornou-se patente a necessidade de um amplo e profundo debate sobre a governabilidade global. As declarações e convenções da UNCED, vitais para o futuro do planeta, não obrigam seu cumprimento. Se a UNCED significou a reabertura do diálogo norte-sul, aproximando ricos e pobres no entendimento das questões de meio ambiente ligadas a conceitos de desenvolvimento, ela não avançou muito em termos de fazer cumprir as deliberações ali tomadas. As manifestações do povo, através das entidades não-governamentais presentes ao Fórum Global, apontam para a necessidade de novos instrumentos para regular a economia mundial e de reformar os instrumentos existentes. As entidades não-governamentais, em sua maioria, conforme expressaram os vários tratados produzidos no Fórum Global, ainda acreditam no sistema das Nações Unidas e em sua capacidade de transformar-se e atualizar-se para responder aos desafios de garantir a paz, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento não predatório.

Também os governos locais, cada vez mais importantes para implementar as ações necessárias para sobrevivência global,

ainda acreditam na ONU, tanto que propuseram mais espaço para os municípios no sistema das Nações Unidas.

Esse patrimônio de credibilidade de que ainda dispõe o sistema poderá ser mantido caso a ONU seja capaz de se transformar positivamente, abandonando seus vícios e fortalecendo suas iniciativas mais generosas.

A maior presença dos governos locais e das entidades não-governamentais no sistema das Nações Unidas será essencial para aproximá-lo dos anseios concretos dos povos humanos que habitam o planeta.

No nível global, torna-se importante a democratização e a ecologização imediata do sistema das Nações Unidas, sua maior abertura para as realidades locais e a diversidade cultural e ética. Esse será um passo inicial que certamente levará a novas realidades políticas mundiais, sendo uma das possibilidades a de um estado federativo e democrático, tal como proposto pelos movimentos federalistas mundiais. Depois da UNCED, toma impulso a proposta de um sistema global democrático e constitucional de governo, voltado para a paz e a proteção ambiental.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- 2 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (ECO - 92), 1992, Rio de Janeiro. **Relatórios e tratados das Organizações não Governamentais na ECO - 92**. [Rio de Janeiro: s.n., 1992].
- 3 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE HUMANO, 1972, Estocolmo. [Estocolmo: s.n., 1972]
- 4 CONSTITUIÇÃO para a Federação do Planeta Terra. Brasília: Fundação Cidade da Paz, [1992].
- 5 FERENCZ, Benjamin B. **Planethod**. [S.L.]: Vision Books, 1991.
- 6 FÓRUM MUNDIAL DE CIDADES, 1992, Curitiba. **The Curitiba Commitment**. Curitiba: [s.n.], 1992.
- 7 GREEN, Lucile W. **Journey to a governed World**. [S.P.]: The Uniquet Foundation, 1991.
- 8 SRI AUROBINDO. **Social and political thought**. Pondicherry: Sri Aurobindo Ashram, 1971. (Sri Aurobindo Birth Centenary Library, 15).
- 9 WORLD CONSTITUTION AND PARLIAMENT ASSOCIATION. **A constitution for the Federation of Earth**. Pondicherry: Auroville 1977.